

que as autoridades colombianas haviam feito progresso em matéria de direitos humanos.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Em seu relatório de janeiro, o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos reconheceu os avanços obtidos nas negociações de paz, mas expressou preocupação com a impunidade e com o impacto do conflito sobre os direitos humanos, especialmente sobre as comunidades indígenas e afrodescendentes e os defensores dos direitos humanos. Embora o relatório tenha observado que ambas as partes beligerantes foram responsáveis por abusos e violações dos direitos humanos, o documento afirmava que os paramilitares (a quem o relatório se referia como “grupos armados pós-desmobilização vinculados ao crime organizado”) constituíam o “principal desafio em termos de segurança pública”.

Em agosto, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) observou que o conflito armado continuou a afetar desproporcionalmente os povos indígenas e as comunidades afrodescendentes, e criticou o fato de não se garantir a efetiva participação dessas comunidades no processo de paz.

O Comitê da ONU contra a Tortura manifestou preocupação com “a persistência de graves violações de direitos humanos no Estado Parte, tais como execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados” e com o fato de “não ter recebido informações relativas aos processos e condenações penais por delitos de desaparecimento forçado”.

1. Colombia: Peasant farmer linked to Peace Community killed ([AMR 23/2554/2015](#))
2. Colombia: Human rights defender under surveillance: Berenice Celeita ([AMR 23/1945/2015](#))
3. Colombia: Caller “will kill” missing man’s mother ([AMR 23/2022/2015](#))
4. Colombia: Land restitution process sparks more threats ([AMR 23/0003/2015](#))
5. Colombia: Restoring the land, securing the peace: Indigenous and Afro-descendant territorial rights ([AMR 23/2615/2015](#))
6. Colombia: National Development Plan threatens to deny the right to

land restitution to victims of the armed conflict and allow mining firms to operate on illegally acquired lands ([AMR 23/2077/2015](#))

7. Colombia: Director of human rights NGO threatened: Iván Madero Vergel ([AMR 23/2007/2015](#))

8. Colombia: Harassed for fighting sexual violence ([AMR 23/002/2015](#))

COREIA DO NORTE

República Popular Democrática da Coreia

Chefe de Estado: **Kim Jong-un**

Chefe de governo: **Pak Pong-ju**

Os norte-coreanos continuaram a ter negados e violados quase todos os aspectos de seus direitos humanos. As autoridades continuaram a prender e deter arbitrariamente indivíduos sem um julgamento justo ou acesso a advogados e familiares, inclusive cidadãos da República da Coreia (Coreia do Sul). Algumas famílias permaneceram sob vigilância sistemática, particularmente aquelas com membros suspeitos de terem fugido do país ou tentado acessar informações de fora da Coreia do Norte. O governo providenciou para que mais de 50.000 pessoas trabalhassem em outros países, recolhendo os seus salários diretamente dos empregadores e retendo uma parcela significativa para sua própria receita. Pouco progresso foi feito no enfrentamento aos casos de sequestros e desaparecimentos forçados de cidadãos estrangeiros.

INFORMAÇÕES GERAIS

No quarto ano do governo de Kim Jong-un, os meios de comunicação internacionais continuaram a relatar execuções de funcionários de alto escalão. O chefe de Estado não compareceu às comemorações do aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial na China e na Rússia. As relações entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul permaneceram tensas. Explosões de minas terrestres norte-coreanas na zona desmilitarizada entre os dois países no início de agosto causaram ferimentos graves em dois soldados sul-coreanos. A difusão de

mensagens sonoras da Coreia do Sul através da fronteira em busca de um pedido de desculpas resultaram na troca de fogo de artilharia entre as forças armadas de ambos os lados, no fim desse mês. A tensão foi resolvida depois de um diálogo entre as autoridades com duração de 43 horas; a Coreia do Norte lamentou as explosões, e um acordo mútuo foi alcançado para continuar com as reuniões de famílias separadas. Desastres naturais, como a grave seca de verão e enchentes, mataram pelo menos 40 pessoas e afetaram mais de 10.000, segundo os meios de comunicação estatais.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades continuaram a impor severas restrições à liberdade de expressão, inclusive ao direito de procurar, receber e transmitir informações, independentemente das fronteiras nacionais. Embora houvesse no país três milhões de assinantes de serviços de telefonia móvel em meio a uma população de 25 milhões de pessoas, praticamente todos os norte-coreanos foram privados de serviços internacionais de telefonia móvel e de acesso à internet. Apenas os turistas e residentes estrangeiros foram autorizados a comprar cartões SIM especiais para fazer chamadas para fora do país ou acessar a internet por meio de *smartphones*. A rede existente de computadores permaneceu disponível, permitindo somente o acesso a sites e serviços de e-mail nacionais, mas nem isso era inteiramente acessível.

Os norte-coreanos que viviam perto da fronteira com a China correram riscos significativos por usar celulares contrabandeados conectados a redes chinesas, a fim de fazer contato com pessoas fora do país. Quem não possuísse um telefone deste tipo precisava pagar uma taxa exorbitante e utilizar os serviços de um intermediário. Ainda que as ligações para fora da Coreia do Norte não fossem um crime em si, o uso de celulares contrabandeados para se conectar a redes móveis chinesas expôs todos os envolvidos ao risco de vigilância, bem como de prisão e detenção sob várias

acusações, inclusive espionagem.

O governo continuou a restringir o acesso a várias fontes externas de informação, apesar da ausência de quaisquer jornais nacionais, meios de comunicação ou organizações da sociedade civil independentes. As autoridades usaram ondas de rádio para obstruir a recepção das transmissões estrangeiras de televisão ou rádio, ao mesmo tempo em que impossibilitaram que canais estrangeiros fossem captados por aparelhos legalmente disponíveis. Pessoas que possuíam, assistiam ou copiavam e compartilhavam materiais audiovisuais estrangeiros corriam risco de ser presas se o material fosse considerado como "emissão hostil ou propaganda inimiga" no âmbito do direito penal.

DIREITO À PRIVACIDADE

Norte-coreanos que fizeram telefonemas usando celulares contrabandeados relataram ter experimentado frequentes interferências nas linhas, bem como escutas de conversas, entre outras formas de violação do direito à privacidade. Uma unidade especial do Departamento de Segurança do Estado para operações secretas de inteligência e digitais usou dispositivos de monitoramento sofisticados e importados para detectar usuários de celulares que tentaram fazer chamadas para fora do país. Indivíduos cujas conversas foram ouvidas poderiam ser presos se ligassem para a Coreia do Sul ou se pedissem o envio de dinheiro.

Os sistemas de vigilância entre a população civil também ameaçavam o direito à privacidade. Grupos de bairro, criados pelo governo com propósitos como o de educação ideológica, foram autorizados a realizar visitas domiciliares a qualquer momento e informar sobre as atividades das pessoas. Os líderes do grupo, juntamente com outra unidade especializada do Departamento de Segurança do Estado, monitoraram hábitos de rádio e televisão das pessoas. As famílias que eram suspeitas de assistir a materiais audiovisuais estrangeiros ou de receber dinheiro de um familiar que tenha fugido do país foram

submetidas a vigilância reforçada.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Os norte-coreanos que fugiram do país relataram que as prisões haviam aumentado, à medida que os controles de pessoas e mercadorias nas fronteiras haviam endurecido sob o governo de Kim Jong-un. Tais prisões eram arbitrárias, pois muitas vezes ocorriam como punição pelo exercício dos direitos humanos, repressão à economia de mercado privada ou meio de extorquir subornos.

Centenas de milhares de pessoas permaneceram detidas em campos de prisioneiros políticos e outros centros de detenção, onde foram submetidas a violações sistemáticas, generalizadas e graves dos direitos humanos, como trabalho forçado, tortura e outros maus-tratos. Muitos dos detidos nesses campos não haviam sido condenados por qualquer crime reconhecido internacionalmente, mas declarados “culpados por associação”, apenas por serem familiares de indivíduos considerados como ameaças ao Estado.

Em maio e junho, três homens sul-coreanos, Kim Jung-wook, Kim Kuk-gi e Choe Chun-gil, foram sentenciados à prisão perpétua depois de condenados por espionagem e outras acusações, por meio de procedimentos judiciais que não cumpriam as normas internacionais para julgamentos justos. Um estudante sul-coreano, Joo Won-moon, que havia sido preso por entrar ilegalmente no país em abril, foi libertado em outubro, depois de mais de cinco meses de detenção sem acesso ao seu advogado ou a familiares.¹

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

O governo enviou pelo menos 50.000 pessoas para países como Líbia, Mongólia, Nigéria, Catar e Rússia para trabalhar em vários setores, incluindo medicina, construção, florestamento e alimentação. Os trabalhadores foram frequentemente submetidos a horas excessivas de trabalho,

condições precárias de segurança, privação de informações sobre leis trabalhistas e falta de acesso a quaisquer órgãos governamentais de monitoramento de tal conformidade. Os trabalhadores não receberam os salários diretamente dos empregadores, mas por meio do governo norte-coreano após deduções significativas no valor. Eles permaneceram sob vigilância nos países anfitriões, tal como seria na Coreia do Norte, e o contato com a população local foi severamente restringido.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO

Nos primeiros 10 meses de 2015, o Ministério da Unificação sul-coreano informou a chegada de 978 norte-coreanos ao país, entre eles um soldado adolescente que atravessou a fronteira intercoreana a pé, em 15 de junho. De acordo com a imprensa da Coreia do Sul, os militares norte-coreanos plantaram minas terrestres extras em 2015, para impedir seus soldados de fugirem para a Coreia do Sul, onde o número de chegadas se manteve nos níveis de 2014, quando se contabilizou a entrada de 1.397 pessoas, quantidade similar às de 2013 e 2012. Estes números permaneceram baixos em comparação com anos anteriores, devido à intensificação do controle nas fronteiras.

Os norte-coreanos repatriados à força pela China ou outros países continuaram em risco de detenção, prisão, trabalho forçado, tortura e outros maus-tratos. A China ignorou as obrigações de não devolução (*non-refoulement*) previstas no direito internacional, devolvendo norte-coreanos ao país. Essa prática, ao que parece, foi estabelecida por meio de um acordo com as autoridades norte-coreanas em 1986. A Rússia estaria formalizando um acordo semelhante.

DIREITO À ALIMENTAÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura informou em setembro que, após três anos consecutivos de crescimento, a produção de alimentos havia estagnado em 2014, enquanto a seca

de 2015 diminuiu a produção de arroz e outros cereais em mais de 10%. Possivelmente em consequência disso, o governo reduziu as porções diárias de alimentos para as famílias em julho e agosto, de 410 para 250 gramas por pessoa, bem abaixo da quantidade distribuída durante os mesmos meses em 2013 e 2014. O sistema público de distribuição foi o principal canal de fornecimento de alimentos para pelo menos 18 milhões de pessoas – três quartos da população. Com a redução das porções, o direito à alimentação adequada da maioria dos indivíduos foi gravemente ameaçado.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Com maior escrutínio internacional depois da publicação, em 2014, de um relatório da Comissão de Inquérito da ONU sobre os Direitos Humanos na República Popular Democrática da Coreia e sua respectiva discussão no Conselho de Segurança da ONU, no fim daquele ano, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos abriu um escritório em Seul, capital da Coreia do Sul, em 23 de junho. O novo escritório estava entre as recomendações do relatório e foi encarregado de monitorar e documentar a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte, como medidas preliminares à prestação de contas. Sua abertura foi recebida com críticas severas por parte do governo norte-coreano. O Conselho de Segurança da ONU realizou outro debate sobre os direitos humanos na Coreia do Norte em 10 de dezembro.

Outros órgãos da ONU fizeram esforços para tratar dos sequestros internacionais e desaparecimentos forçados, com poucos resultados concretos. Em agosto, o governo norte-coreano escreveu ao Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários em relação a 27 casos pendentes. O Grupo de Trabalho observou em seu relatório que as informações fornecidas eram insuficientes para o esclarecimento dos casos.

-
1. Mais informações: Student released by North Korea ([ASA 24/2609/2015](#))

CUBA

República de Cuba

Chefe de Estado e de governo: **Raúl Castro Ruz**

Apesar de suas relações diplomáticas cada vez mais abertas, severas restrições às liberdades de expressão, de associação e de reunião se mantiveram. Houve denúncias de milhares de casos de assédio a críticos do governo e de prisões e detenções arbitrárias.

INFORMAÇÕES GERAIS

O ano foi marcado por significativas mudanças nas relações diplomáticas de Cuba. Em abril, o Presidente Castro se encontrou com o presidente dos EUA, Barack Obama, durante a primeira participação de Cuba em uma Cúpula das Américas, no primeiro encontro entre líderes dos dois países em quase 60 anos. Em maio, Cuba foi removida da lista estadunidense de países considerados Estados patrocinadores do terrorismo internacional. Cuba e Estados Unidos reabriram suas respectivas embaixadas e anunciaram a intenção de restabelecer relações diplomáticas.

Apesar disso, em setembro, o Presidente Obama renovou a Lei de Comércio com o Inimigo, que impõe sanções econômicas e financeiras a Cuba. Em outubro, a Assembleia Geral da ONU adotou, pelo 24 ano consecutivo, uma resolução requerendo que os EUA suspendam seu embargo unilateral.

Até o fim do ano, Cuba ainda não havia ratificado o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos nem o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos assinados em fevereiro de 2008, tampouco o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.